

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
RELATÓRIO – 2010**

I – DADOS DA INSTITUIÇÃO

A Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas, EBEF, código 2591, autorizada pela Portaria n 223 de 07 de Junho de 2006, é uma Instituição de ensino superior, mantida pela Fundação Getúlio Vargas, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Fundação Getúlio Vargas — FGV, pessoa jurídica de direito privado, doravante aqui denominada de Mantenedora, é uma entidade de caráter técnico-científico e educativo, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro e tem seus Estatutos registrados no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas - RJ, sob o número 120.065, no Livro A-32, em 15 de janeiro de 1998. A Escola recebeu no período de 17 a 20 de outubro de 2010 a Comissão de Avaliadores *in loco* do MEC para finalizar seu processo de credenciamento

II - COMPOSIÇÃO DA CPA

- Carlos Eugênio Ellery Lustosa da Costa - Coordenador da CPA
- Humberto Luiz Ataíde Moreira - Representante do Corpo Docente
- Victor Filipe Martins-da-Rocha - Representante do Corpo Docente
- Tiago Carvalho Machado de Souza - Representante do Corpo Discente
- Carolina Amaral de Almeida - Representante do Corpo Discente
- Anderson Odias da Silva - Representante do Corpo Técnico-Administrativo
- Luziel Ferreira Trindade Dornelles Claret - Representante do Corpo Técnico -
Administrativo
- André Urani - Representante da Sociedade Civil

Obs: O mandato da presente CPA foi prorrogado até 31 de março de 2011 – Ata de Prorrogação de Mandato de 10/11/2011.

III – INTRODUÇÃO

A Escola Brasileira de Economia e Finanças foi criada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e autorizado o funcionamento de seu Bacharelado em Ciências Econômicas no ano de 2001. Seu corpo docente, a que pertencem professores da

tradicional Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE/FGV, em sua maioria, são portadores de títulos acadêmicos de Doutor, conferidos pelas mais destacadas Instituições do Brasil e do Exterior.

O presente relatório tem como objetivo sumarizar os resultados produzidos ao longo das atividades do processo de auto-avaliação institucional realizadas pela EBEF - Escola Brasileira de Economia e Finanças, no ano de 2010.

O relatório contempla as dimensões estabelecidas nas Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, em sua lei no. 10.861, de 14 de Abril

de 2004, em seu artigo 3o.

1 – A missão e o plano de desenvolvimento institucional;

2 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo a produção acadêmica, as bolsas de pesquisa e monitoria e demais modalidades;

3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

4 – A comunicação com a sociedade;

5 – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

7 – Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

8 – Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

9 – Políticas de atendimento aos estudantes e egressos;

10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade do compromisso na oferta da educação superior.

Os indicadores contemplados na auto-avaliação fundamentam-se em três dimensões mais genéricas, que são:

Organização Institucional – Plano de Desenvolvimento Institucional; Projeto Pedagógico Institucional; Gestão Institucional e Avaliação Institucional.

Corpo Social – Corpo Docente; Corpo Discente e Egressos; e Corpo Técnico – Administrativo.

Infra-Estrutura Física e Logística – Instalações Gerais, Biblioteca, Laboratórios e Instalações Específicas.

Os resultados produzidos no processo de auto-avaliação são discutidos em outros âmbitos participativos, envolvendo o corpo docente, representantes do corpo técnico-administrativo e discentes. Os documentos de referência e as práticas desenvolvidas pela Escola são regularmente cotejados com os resultados da auto-avaliação com o objetivo de promover a incorporação gradual de correções e inovações sugeridas.

1. – A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Ações Planejadas

A Comissão Própria de Auto-avaliação buscou refletir acerca da pertinência das propostas político-pedagógicas da EBEF, expressas em seu PDI, e cotejá-las com as práticas pedagógicas, docentes e gerenciais da IES. Dentre as questões debatidas, sobressaíram aquelas relacionadas com as coincidências dos projetos institucionais da EBEF e da EPGE, e da continuidade dos esforços envolvidos no processo da unificação dos seus cursos de graduação e de pós-graduação sob uma única Instituição de Ensino Superior.

Criada em Marco de 2001, a Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas - FGV vem se diferenciando por ter em seu Curso de Graduação uma estrutura pedagógica que promove inovação no processo educacional de ensino em Economia e um Corpo Docente formado por Mestres e Doutores, muitos deles também Professores da EPGE – Escola de Pós-Graduação em Economia.

A parceria e integração acadêmica com a EPGE permitem à Escola Brasileira de Economia e Finanças aproveitar-se da sinergia do ensino em nível de graduação com a profunda experiência de pesquisa e de transmissão de conhecimentos inovadores de professores com muitos anos de exercício profissional. Soma-se a isso a capacidade agregadora do prestígio acadêmico e público da EPGE que, nos seus 50 anos de existência da EPGE dedicados a excelência do ensino e produção de conhecimento nas Ciências Econômicas, conquistou o respeito e a admiração dos pares em todos os meios profissionais e acadêmicos da área. A reputação acadêmica da EPGE é comparável à dos principais departamentos de Economia no mundo, fato que se comprova através dos conceitos máximos na área de Ciências Econômicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES nas Avaliações Trienais dos Programas de Pós-Graduação desde a primeira edição em 1996.

A EBEF - Escola Brasileira de Economia e Finanças, representa a extensão das atividades acadêmicas da EPGE na Graduação. Essa parceria e integração trazem ao curso de Ciências Econômicas da Escola, singular contribuição e respaldo ao compromisso da EBEF em ampliar o conhecimento e elevar a qualidade da formação técnica e humanística aplicada às áreas de estudo da Economia.

A interação acadêmica com a EPGE permite ao corpo social da Escola Brasileira de Economia e Finanças manter permanente contato com o ambiente de desenvolvimento de atividades de pesquisa e aplicações práticas dos conhecimentos econômicos. O trânsito livre de professores entre atribuições nas duas instituições e o contato permanente entre alunos de graduação, mestrado e doutorado geram benefícios para as duas instituições, que se transmitem nos dois sentidos e fortalecem ambas na sua missão institucional de divulgar entre os alunos o verdadeiro espírito científico mais produtivo para a abordagem das questões econômicas.

O resultado dessa interação ficou provado pelo critério objetivo do próprio INEP. A excelência do ensino e pesquisa na EBEF resultaram na melhor avaliação do país da área de Ciências Econômicas segundo o índice CPC do INEP, pelos dois triênios consecutivos (2006 e 2009) desde que teve início a avaliação pelo ENADE. Esse sucesso incontestável não teria sido possível sem a relação umbilical de colaboração com a EPGE, de quem a EBEF é descendente direta pela sua concepção programática e recebe influxo permanente de idéias, inovações e conhecimentos da fronteira de pesquisa mundial assimilados ao uso do profissional de Economia.

A EBEF foi constituída formalmente como IES independente em 2001, tendo a EPGE existido desde a década de 1960. Apesar de não existirem obstáculos ao uso compartilhado dos recursos materiais e humanos de ambas as Escolas no atendimento dos objetivos comuns da sua Missão, a CPA tem identificado muitas ocasiões e oportunidades em que o aproveitamento das sinergias entre elas poderia ganhar em agilidade e eficiência passem formalmente a constituir uma única IES.

Durante o ano de 2011 a questão da unificação dos cursos de graduação e de pós-graduação em Ciências Econômicas da EBEF e da EPGE formulada pela CPA continuará na pauta de discussão. Será realizado o acompanhamento dos

processos para a efetivação da fusão institucional e das gestões junto às instâncias decisórias da mantenedora.

Ainda durante 2011 a CPA pretende adotar uma sistemática objetiva de colher informações para subsídio de seu próprio funcionamento a partir da aplicação de um questionário avaliativo com base no sistema eletrônico de informação interna da FGV. De acordo com a indicação da CPA, este questionário deverá revelar o conceito dos vários grupos componentes, alunos, docentes e funcionários, sobre os aspectos examinados no âmbito da CPA, de acordo com sua organização nas dez dimensões avaliativas. Aliando-se um sistema aberto e frequente de eleição da composição da CPA com uma forma sistemática de levantamento avaliativo que sirva de agregação do estado de conhecimento e aprovação institucional interno espera-se atingir um grau cada vez mais alto e aprimorado de representatividade democrática e efetividade da ação transformadora da CPA.

Ações Realizadas

Durante o ano de 2010 a CPA deu continuidade aos debates sobre a questão, levantando as vantagens e as medidas necessárias para a unificação das Escolas no modelo de uma única IES à qual se ligariam os atuais cursos de Graduação, Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado em Ciências Econômicas. A questão foi discutida em várias dimensões e foram listados procedimentos e providências a serem tomadas sobre vários aspectos importantes do ponto de vista da reformulação dos vínculos de integração das atuais Escolas com a mantenedora (FGV) como também da perspectiva das relações das Escolas com o público externo.

A Diretoria de Integração Acadêmica, criada em 2010 pela mantenedora com a finalidade de conduzir os processos comuns de comunicação e interação das IES vinculadas à FGV com as instâncias públicas e privadas, iniciou as gestões para por em prática a integração dos cursos. Foram formados os fóruns para a discussão dos elementos de imagem externa, como denominações, siglas e outros signos de identificação das Escolas, de acordo com padrões comuns da FGV. Foram iniciados os processos de adequação da documentação das IES e dos cursos, que deverão refletir a nova realidade (PDI, PPI, Regimentos, etc). Foi iniciado o mapeamento dos procedimentos a serem seguidos junto às autoridades para obtenção das autorizações e reconhecimentos oficiais necessários.

Dentre as propostas político-pedagógicas da EBEF expressas em seu PDI, outra que mereceu atenção especial no período foi a intensificação da atuação da CPA. Durante o ano de 2011 pretende-se aumentar a abrangência da publicidade da CPA como conceito e como instrumento de ação e transformação do meio social da Escola através da criação de um sistema que viabilize a submissão de candidaturas e a realização de eleições para a CPA com baixo custo de operacionalização. Dessa forma vislumbra-se uma frequência maior de renovação da participação na CPA, bem como da

oportunidade de divulgação da sua atuação e da forma como a CPA se articula com as práticas pedagógicas, docentes e gerenciais desenvolvidas na IES.

2. – Políticas para Ensino, Pesquisa, pós-graduação e Extensão

Ações Planejadas

Diante do mercado de trabalho cada vez mais competitivo e globalizado, a CPA zela para que as políticas de Ensino e Pesquisa da EBEF atendam as exigências de uma formação profissional de excelência, garantindo a seus estudantes a possibilidade de atuar como agentes de mudança nos processos de desenvolvimento sócio-econômico do país. O debate no âmbito da CPA aponta permanentemente a importância de se investir um esforço dedicado ao desenvolvimento de relações dos alunos com o mercado de trabalho real, facilitando a troca de informações e o acesso aos diversos canais de comunicação sobre oportunidades profissionais. Nesse sentido a CPA pretende estender as discussões a estrutura ideal para fomentar os canais de comunicação com empregadores prospectivos, levando a eles as notícias da excelência da formação dos egressos da EBEF assim como o anúncio de oportunidades aos formandos.

A CPA procurará formular formas de atuação que viabilizem a avaliação das políticas de ensino pesquisa e extensão praticadas pela Escola Superior de Ciências Sociais, buscando o cotejo das diretrizes explicitadas no PDI e PPC.

Cada vez mais o conhecimento e as aplicações de métodos de análise e soluções das Ciências Econômicas se estendem a novas áreas, tanto na pesquisa acadêmica quanto no mundo profissional. A CPA pretende permanecer atenta aos sinais do mercado de trabalho que indiquem à direção acadêmica da EBEF a oportunidades de oferecer ao mercado profissional economistas aptos a atuar nas questões de alocação de recursos não tradicionalmente entendidas como do alcance das Ciências Econômicas mas que muito poderiam se beneficiar de seus métodos.

Ações Realizadas

Dentre as áreas regularmente mencionadas na CPA algumas geraram a formulação de programas acadêmicos, como aquelas estão aquelas localizadas na interseção entre o Direito e a Economia, assim como os instrumentos econômicos de tratamento das questões ambientais, cada vez mais urgentes para o desenvolvimento sustentado nacional. De acordo com indicações da CPA no sentido da ampliação das ofertas de cursos em áreas de interesse social onde a aplicação da metodologia de análise econômica é pouco conhecida e pouco utilizada, no ano de 2010 a EBEF incluiu no seu

programa acadêmico disciplinas nas áreas da Economia do Meio Ambiente e Economia da Defesa da Concorrência. Os cursos obtiveram boa aceitação entre os alunos.

Com base nas discussões e sugestões apresentadas no relatório de 2009, em 2010 a CPA buscou avaliar a experiência e os resultados dos alunos egressos nas suas primeiras interações no mercado de trabalho a partir da criação do setor de Estágio e Colocação Profissional e da institucionalização da carga horária de Atividades Complementares no curso de Graduação em Ciências Econômicas.

O setor de Estágio e Colocação Profissional foi criado em 2009 pela EBEF e pela EPGE com o objetivo de promover a interação entre o mercado de trabalho e os alunos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Economia da FGV. Além disso, o setor também atua ativamente para desenvolver contatos e relações formais com departamentos de Economia internacionais interessados em manter um relacionamento de intercâmbio de alunos com a EBEF. As principais ações do setor poderiam ser descritas como: a seleção/divulgação de oportunidades profissionais; a orientação de planejamento de carreira, tendo em vista as demandas do mercado; a realização de processos seletivos nas dependências da FGV; a divulgação e informação de oportunidades de intercâmbios internacionais, assim como a gestão desses processos. Durante o ano de 2010, com o suporte da CPA as atividades do Setor de Estágio e Colocação Profissional foram consolidadas, com a integração da administração dos convênios de intercâmbio, assim como das ações de integração dos formandos ao mercado de trabalho.

O setor de Estágio e Colocação Profissional da Escola de Economia da FGV (EBEF e EPGE) promoveu para os alunos do curso de Graduação em Ciências Econômicas:

- 06 Palestras Institucionais e 06 Eventos.
- 150 Prospecções de oportunidades de estágio.
- 54 Prospecções de oportunidades de trainee para os alunos (formandos)
- 10 alunos inseridos em programas de intercâmbio acadêmico de reciprocidade nas seguintes instituições de ensino no exterior: Università Commerciale Luigi Bocconi (Italia), Universiteit van Amsterdam (Holanda), Université Paris Dauphine (França) e Sciences Po (França).
- 42 egressos inseridos em Programas de Trainee ou colocação efetiva no mercado de trabalho

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação, expedidas pelo CNE pela Resolução nº4, de 13 de julho de 2007, definem e tornam obrigatórias as atividades complementares nos cursos de graduação em Ciências Econômicas. De acordo com as novas diretrizes (art. 8º), as Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de

interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e no mundo e as ações de extensão junto à comunidade.

A CPA deliberou que as funções de reconhecimento das atividades e de registro da carga horária cumprida em atividades complementares seriam de fundamental importância para a garantia dos objetivos educacionais e o controle dos requisitos para a diplomação dos alunos. A CPA indicou que essas funções deveriam ser sistematizadas e os procedimentos organizados de forma a facilitar a sua programação pelos alunos e o seu controle acadêmico pela Escola.

Em resposta às sugestões da CPA, a Direção da EBEF também procedeu à institucionalização da Coordenação de Atividades Complementares, núcleo de funcionários que seria responsável pela promoção, reconhecimento, acompanhamento e contabilização da carga horária dedicada a estas atividades pelos alunos do curso, de acordo com as diretrizes formuladas pela Direção Acadêmica. De acordo com a formulação geral das funções a serem desempenhadas para a operacionalização do cumprimento das diretrizes curriculares, delineadas pela CPA, foram estabelecidas as regras atualmente em prática, descritas no Manual de Atividades Complementares.

De acordo com a orientação da CPA o Programa de Atividades Complementares (PAC) foi implementado com êxito em 2010 no curso de Graduação em Ciências Econômicas. O corpo docente do curso de Graduação em Ciências Econômicas participou como ouvinte em seminários e palestras acadêmicas e culturais, participou de cursos de extensão universitária e laboratórios de expressão oral para o desenvolvimento da oratória e retórica. As atividades reconhecidas foram computadas pela Coordenação de Atividades Complementares obedecendo aos critérios estabelecidos no Manual que regulamenta as Atividades Complementares.

3. – Responsabilidade Social

Ações Planejadas

A CPA busca permanentemente acompanhar e monitorar as formas pelas quais a IES tem procurado cumprir os compromissos sociais expressos em seu PDI. Prioriza-se a observação de três eixos centrais, quais sejam: i) a transferência de conhecimento e importância social das ações da Escola e impactos de suas atividades para o desenvolvimento regional e nacional; ii) as relações com o setor público e com o setor produtivo; iii) as iniciativas voltadas à promoção da cidadania e a atenção a setores sociais excluídos;

As manifestações da CPA evidenciam a preocupação em manter ativas as formas pelas quais a EBEF tem procurado cumprir os compromissos sociais expressos em seu

PDI. De acordo com a missão e a tradição que pauta a ação da Fundação Getúlio Vargas na sociedade, os eixos centrais das ações da EBEF nos sentidos destacados acima devem priorizar a transferência de conhecimento para o desenvolvimento nacional e as iniciativas de geração de bens públicos voltados à promoção do desenvolvimento e da organização democrática para para o progresso do bem-estar social.

Nesse sentido, a CPA envidará esforços para formular opções e identificar oportunidades para se ampliar o apoio dos programas de bolsas de estudos e de programas de financiamento educacional em condições subsidiadas que a FGV tem concedido aos alunos da EBEF. A CPA também permanecerá envolvida com a publicidade das iniciativas educacionais inclusivas que a FGV possa promover para ampliar as possibilidade de acesso de candidatos menos favorecidos aos seus cursos através de programas de preparação para os seus processos seletivos.

Ações Realizadas

Em acordo com as sugestões da CPA, a FGV tem mantido e ampliado seu sistema de concessão de bolsas de estudo, tanto de mérito acadêmico quanto em caráter de financiamento. A EBEF oferece atualmente dez bolsas integrais aos primeiros colocados em seu processo seletivo, além de bolsas parciais concedidas em função de critérios sócio-econômicos individuais. A FGV também mantém um Fundo de Bolsas, acessível aos alunos da EBEF de acordo com critérios de concessão sócio-econômicos, que financia até 80% das mensalidades durante um período de quatro anos, com pagamento a partir do ano seguinte ao da formatura e saldo da dívida corrigido somente pela inflação calculada pelo índice IGPM.

Alguns aspectos típicos das deficiências de formação revelados nos processos seletivos inspiraram outras ações sociais, como o desenho de programas de suplementação da formação básica pretendida dos ingressantes provenientes de grupos sociais menos favorecidos.

O projeto LERES E SABERES é uma iniciativa da Presidência da FGV que tem o intuito de atender a alunos de pré-vestibulares comunitários. O projeto Leres e Saberes reúne alunos para aulas de apoio de Português e Matemática, ministradas aos sábados, durante todo o ano. Estudadas as deficiências e a demanda do público-alvo, fixaram-se os objetivos de desenvolver habilidades e potencialidades via leitura, interpretação e produção de textos, visando à minimização da deficiência do currículo oculto; construir e aprimorar a competência de raciocínio lógico-espacial e do operar matemático; e instrumentalizar o aluno para o desenvolvimento da habilidade de observação, análise, síntese e crítica por meio da incorporação de outras formas de linguagem.

Com o início em abril e o término previsto para dezembro, o Projeto Leres e Saberes oferece a cada sábado, das 8h às 19h, aulas de Matemática, aulas de Português, almoço, exibição de filmes e debate. É uma oportunidade para quem deseja mais reforço nessas duas matérias, assim como para quem

deseja desenvolver suas habilidades gerais, com direito a certificados de frequência.

Os alunos oriundos do Projeto LERES E SABERES se aprovados no Vestibular para um dos cursos de Graduação oferecidos pela FGV recebem bolsa de financiamento de 100% das Escolas.

Com a inspiração de projetos como o LERES E SABERES, e no sentido das manifestações de apoio da CPA às iniciativas inclusivas através da educação, os alunos das séries mais avançadas do curso de Graduação em Ciências Econômicas desenvolveram em 2010 um projeto de trabalho voluntário de reforço escolar em Matemática para os alunos de Ensino Médio nas Escolas da rede pública próximas à FGV. O programa deverá ser implementado a partir de 2011.

4. – A Comunicação com a Sociedade

Ações Planejadas

A CPA procurará continuar a sua avaliação das formas pelas quais a IES busca estabelecer estratégias de aprimoramento dos canais internos de comunicação. A CPA deverá se preocupar com os meios pelos quais a EBEF pode disseminar seu projeto educacional inovador entre os alunos prospectivos e a opinião pública em geral. O trabalho da Comissão referencia-se nas diretrizes previstas no PDI e busca, inclusive, apontar novas propostas para o aprimoramento das formas de integração da comunidade acadêmica.

A CPA prevê que a fusão prospectiva da EBEF e da EPGE deverá merecer atenção especial, principalmente no que a transição da reorganização institucional possa trazer de necessidades de esclarecimentos ao público externo.

Ações Realizadas

Procurou-se seguir a orientação da CPA de avaliar a efetividade e o alcance dos canais utilizados para a transmissão de informações ao corpo discente da IES. Os canais de comunicação foram divididos em três categorias principais, considerados veículos adequados para as funções de intercomunicação para o corpo social: o portal da Escola, o sistema acadêmico aluno on-line (disponível para usuários detentores de número de matrícula na IES) e os murais.

Através dos murais fixos, situados no terceiro e quarto andares (pavimentos nos quais estão distribuídas as salas de aulas e as instalações das secretarias acadêmica e de registros), são veiculadas as informações referentes às bases documentais, matrizes curriculares e horários de disciplinas. São igualmente os canais para divulgação de eventos acadêmicos. Através do sistema acadêmico aluno on-line, o corpo discente pode visualizar sua situação acadêmica

(matrícula, notas, faltas, prazos para recursos e requisição de documentos). Finalmente, o portal da Escola disponibiliza toda a base legal e documental da IES (portarias, regimentos, PDI, PPC), assim como o perfil do corpo docente e o calendário de eventos culturais e acadêmicos. O portal também disponibiliza textos da produção intelectual dos membros da comunidade acadêmica. Através do Departamento de Comunicação e Marketing, a IES busca a relação com os meios de comunicação social.

Seguindo as recomendações anteriores da CPA, foi criada uma Ouvidoria para a EBEF com o propósito de ouvir, encaminhar e acompanhar reclamações, críticas, denúncias, sugestões e elogios oriundos das comunidades interna e externa. Caracteriza –se como sendo um órgão de natureza mediadora, sem caráter administrativo, deliberativo, executivo, com atuação personalizada, autônoma e imparcial. Esta proposta foi submetida ao colegiado dos cursos e foi devidamente implementada em 2010. A Ouvidoria da EBEF já serve atualmente de modelo funcional para outras escolas da FGV, incluindo na sua composição funcionários com formação pedagógica e experiência consolidada sobre as questões da vida e gestão acadêmica.

5. – Políticas de Pessoal e Carreira

Ações Planejadas

A CPA procurará observar a implementação das bases da política de pessoal da EBEF, dando ênfase aos mecanismos de contratação, às vias de promoção e possibilidades de aperfeiçoamento do corpo docente e da equipe técnico-administrativa. As informações obtidas com a Diretoria de Recursos Humanos, a Gerência Administrativa e o contato com os funcionários deverão ser cotejadas com as diretrizes estabelecidas no PDI. O conjunto de informações inclui o plano de cargos e salários (que é definido e implementado pela Mantenedora), as diretrizes de definição dos diferentes níveis da carreira de professor (concebida a partir de um processo de avaliação externa), os diferentes programas de qualificação profissional ao alcance dos docentes e operados pela Mantenedora, assim como os indicadores que deverão ser produzidos pela implementação do sistema de questionários avaliativos, cuja operação deverá se iniciar em 2011.

A CPA deverá também se dedicar a colaborar com recomendações e indicações para o desenvolvimento de parâmetros para regular a participação de professores nos programas de graduação e de pós-graduação, assim como de outros profissionais vinculados a outros centros de pesquisa da Mantenedora, no âmbito institucional a ser inaugurado após a vinculação dos cursos de graduação e de pós-graduação a uma única IES.

Ações Realizadas

Em acordo com as indicações da CPA, a EBEF atua em contato permanente com a EPGE no que concerne a alocação e repartição de recursos humanos. Os planos de carreira vigentes vêm sendo adaptados para permitir a extensão das atividades docentes na graduação e na pós-graduação, mantidas as identidades institucionais independentes.

O sistema de contratação de docentes apoiado pela CPA foi posto à prova novamente durante o ano de 2010, com três novas contratações realizadas com chamadas de candidaturas em âmbito internacional. Os professores são contratados através de procedimentos seletivos universais, adequados às demandas associadas ao cumprimento dos projetos pedagógicos dos cursos e às condições de execução financeira da Escola, segundo orçamentos fixados pela Mantenedora.

A CPA verificou a existência e a prática de uma política de qualificação que estabelece os critérios para a concessão de incentivos e que apóia os funcionários técnico-administrativos na qualificação, em consonância com o planejamento orçamentário. Através de convênios lastreados pela Mantenedora, os funcionários foram estimulados a ingressar em cursos e seminários diretamente associados à melhor qualificação.

6. – Organização e Gestão da Instituição

Ações Planejadas

O tema principal das atenções da CPA para o próximo ano na dimensão avaliativa da Organização e Gestão da Instituição deverá ser a inserção dos processos da EBEF no âmbito institucional de uma única IES que patrocina cursos de graduação e de pós-graduação. Nesse sentido, a CPA deverá preocupar-se com as orientações para que se realize uma transição entre as realidades institucionais sem que haja rupturas ou intervalos no funcionamento e na representatividade dos colegiados, assim como nos aspectos da independência e autonomia na relação com a Mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade nos processos decisórios.

Ações Realizadas

A CPA reconhece que a EBEF apresentava um funcionamento adequado em suas instâncias organizacionais e procedimentos gerenciais, tendo em vista, inclusive, os processos de eleição de nova Diretoria que foi realizado sob sua égide durante o ano de 2010. A Escola possui um organograma claramente

identificado e funcional, bem como uma documentação clara sobre sua inserção nas relações funcionais da Mantenedora com outros órgão da FGV. Estes instrumentos encontram-se disponibilizados nas Secretarias e através do portal da Escola.

A Escola apresenta uma Coordenação Geral e uma Coordenação Acadêmica, uma gerência administrativa, uma Secretaria de Registros e um Núcleo de Apoio ao Ensino. As funções e atribuições estão definidas por um regimento operacional, aprovado pelo Colegiado.

A Secretaria de Registros mantém atualizado, em documentação impressa e virtual, o conjunto de informações relacionadas ao cômputo de faltas, notas, trancamentos e transferências dos alunos. O corpo discente pode acompanhar diariamente o lançamento de faltas e a atribuição de notas e conceitos através do sistema aluno online. Os murais e o sistema de comunicação eletrônica “Aluno on-line” veiculam informações acerca do calendário letivo, agendamento de provas e avaliações, horário das disciplinas e prazos dos processos acadêmicos e de registro (inclusão, exclusão, alterações, trancamento e transferência). A gestão administrativa e financeira da Escola, realizada pela Gerência Administrativa, se dá com base no constante diálogo com a Coordenação Geral da IES.

Estes procedimentos são regularmente informados ao corpo acadêmico e, em especial, aos membros integrantes do Colegiado em suas reuniões. As reuniões do Colegiado são regularmente registradas em atas.

A CPA verificou que as reuniões do Colegiado são realizadas com a periodicidade no mínimo bimestral, enquanto as reuniões do Conselho de Coordenação da FGV ocorrem mensalmente. A comunidade acadêmica da IES é informada regularmente acerca dos processos gerenciais e há total transparência das ações empreendidas pela Escola.

7. – Infra-estrutura Física

Ações Planejadas

A Direção da Escola e da FGV permanecem atentas a todas as oportunidades de criação de benfeitorias no espaço físico dedicado às atividades acadêmicas e sociais dos alunos da EBEF e dos outros cursos de graduação e pós-graduação da FGV. Os requisitos de espaço físico foram debatidos pela CPA que manter-se-á ocupada em sinalizar as prioridades e urgências às instâncias decisórias da Mantenedora. O planejamento do crescimento das atividades acadêmicas no prédio da FGV à Praia de Botafogo deve levar em conta a incorporação a médio prazo do prédio anexo.

Ações Realizadas

A CPA pode verificar que a EBEF procurou estabelecer condições plenamente satisfatórias para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e operacionais junto a docentes, alunos e funcionários.

O espaço destinado às atividades letivas é constituído por 15 salas de aula que apresentam excelente dimensionamento, podendo acolher entre 35 e 45 alunos cada. As salas são climatizadas, projetadas visando o correto isolamento acústico e excelente nível de iluminação. As salas são mobiliadas com mesa central, suportes auxiliares, cadeiras, mesas e ou bancadas nos padrões ergonômicos. Todas as salas são dotadas de computadores, projetores de teto, sistema de sonorização, retroprojetores, quadros brancos, impressoras, rede de dados cabeada e wireless para acesso à internet. Os corredores são amplos e as portas de dimensões adequadas ao acesso de cadeirantes. O acesso aos andares é feito por escadas e por oito elevadores.

A CPA também destacou o mérito das condições da Biblioteca Central localizada no edifício-sede da FGV, considerada como possuidora do mais importante acervo bibliográfico nas áreas de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas no Estado do Rio de Janeiro.

Os discentes dispõem de acesso a laboratórios de informática, situados no terceiro, quarto e décimo-terceiro andares do edifício. Estes laboratórios, seguindo, sugestão apresentada pela CPA, sofreram processos de ampliação, com a disponibilização de 23 novos terminais de computadores e a previsão de construção de um novo laboratório com mais 48 terminais para o ano de 2010. A Escola dispõe de seis salas de estudo em grupo, situadas no terceiro andar, com capacidade de atendimento de oito alunos por sala. Estas salas são dotadas de mesas, cadeiras e quadro branco.

Os anseios de mais espaço para a convivência social revelados nos relatórios da CPA orientam reformas que serão realizadas no ano de 2010 no terceiro pavimento do prédio da FGV, onde será criado um novo espaço de convívio. A CPA recomendou, em seu relatório referente ao ano de 2009, a ampliação dos espaços de convivência social entre os alunos, especialmente considerando as oportunidades de interação interdisciplinar crescentes com a inauguração dos novos programas de graduação e Ciências Sociais, História e Matemática Aplicada na Fundação Getúlio Vargas. No ano de 2010, as obras de criação desse novo espaço foram realizadas e hoje encontra-se em uso com plena satisfação dos objetivos programados.

8. – Planejamento e Avaliação

Ações Planejadas

A CPA contribuiu com sugestões sobre os atuais procedimentos de avaliação dos cursos, tanto no que concerne o conteúdo didático e a programação das

aulas quanto no que se refere ao desempenho dos professores nas várias dimensões de conhecimento específico, didático e pedagógicas. As sugestões da CPA são acumuladas para servirem de orientação no constante processo de aperfeiçoamento do sistema de avaliação de disciplinas em operação na EBEF, que recebe reformulações ou acréscimos dos quesitos periodicamente com o objetivo permanente de aferir com mais precisão o desempenho dos processos educacionais da Escola.

Ações Realizadas

Em acordo com as orientações da CPA quanto à manutenção de procedimentos permanentes de acompanhamento do desempenho educacional da Escola a Coordenação Geral da Escola e a Coordenação de Curso de Ciências Econômicas se reúnem a cada semestre com os professores que ministrarão disciplinas para discutir e formular os programas propostos para as referidas disciplinas. Os procedimentos relativos ao desempenho acadêmico englobam as reuniões realizadas depois dos dois períodos de avaliação dos alunos. Os resultados são computados e os professores tomam conhecimento do desempenho dos alunos, podendo assim compartilhar êxitos e dificuldades. Os procedimentos também contemplam a avaliação dos conteúdos didáticos e desempenho discente. A Coordenação Pedagógica elabora um questionário com perguntas abertas e fechadas. A cada final de semestre os alunos respondem e avaliam cada curso e cada professor. Os alunos têm acesso eletrônico aos formulários e o material é computado, sistematizado estatisticamente e distribuído para os professores e para o Coordenador do Curso e o Coordenador da Escola. Este questionário tem sido constantemente reformulado para incorporar um conjunto maior e mais informativo de quesitos.

O sistema de avaliação atualmente em operação considera o conceito de cada estudante inscrito numa disciplina sobre oito quesitos de qualidade do conteúdo curso e oito quesitos sobre a qualidade do ensino. Os estudantes respondem à avaliação ao final de cada semestre letivo e os resultados são processados em vários relatórios analíticos para as várias finalidades de controle e monitoramento do desempenho acadêmico com vistas ao alcance das metas de excelência destacadas no PDI e no PPC.

Como exemplo do uso dessas informações apresenta-se a seguir uma tabulação especialmente agregada apenas e especificamente para fins ilustrativos. Os dados correspondem às avaliações do conjunto completo das disciplinas cursadas durante o primeiro e segundo semestres letivos de 2010. A dimensão avaliada é a da qualidade dos conteúdos, segundo conceitos relativos de no mínimo 1 até no máximo 5.

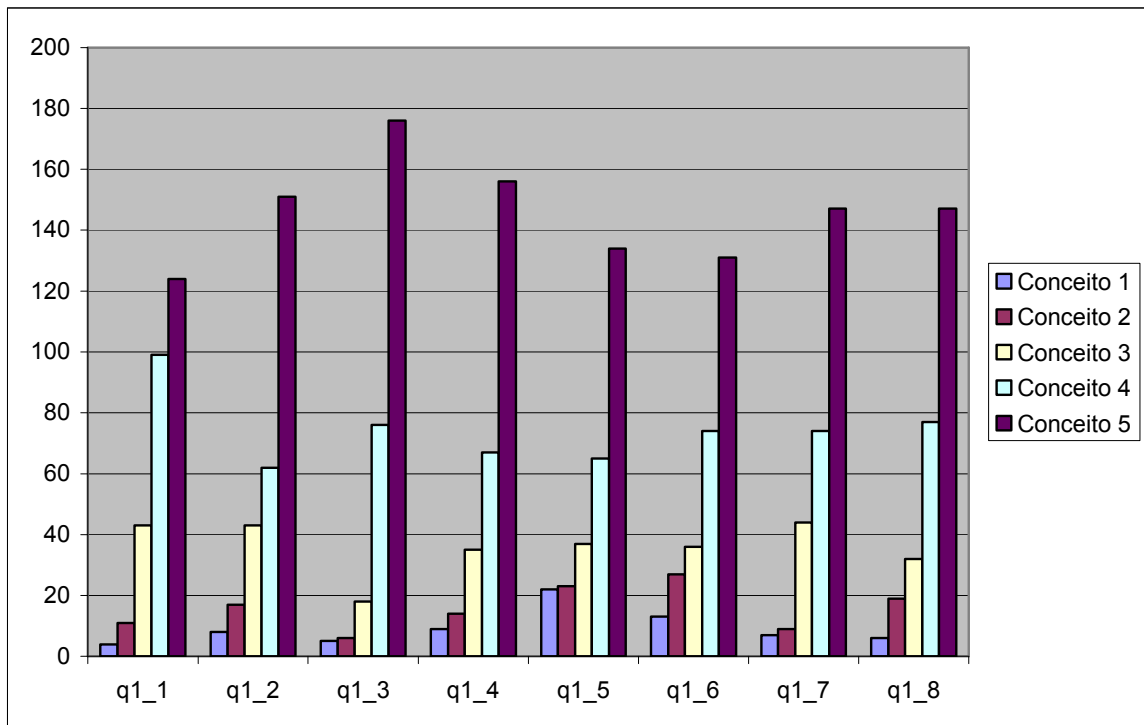
Os quesitos respondidos foram os seguintes:

Q1 1 Avaliação geral da disciplina

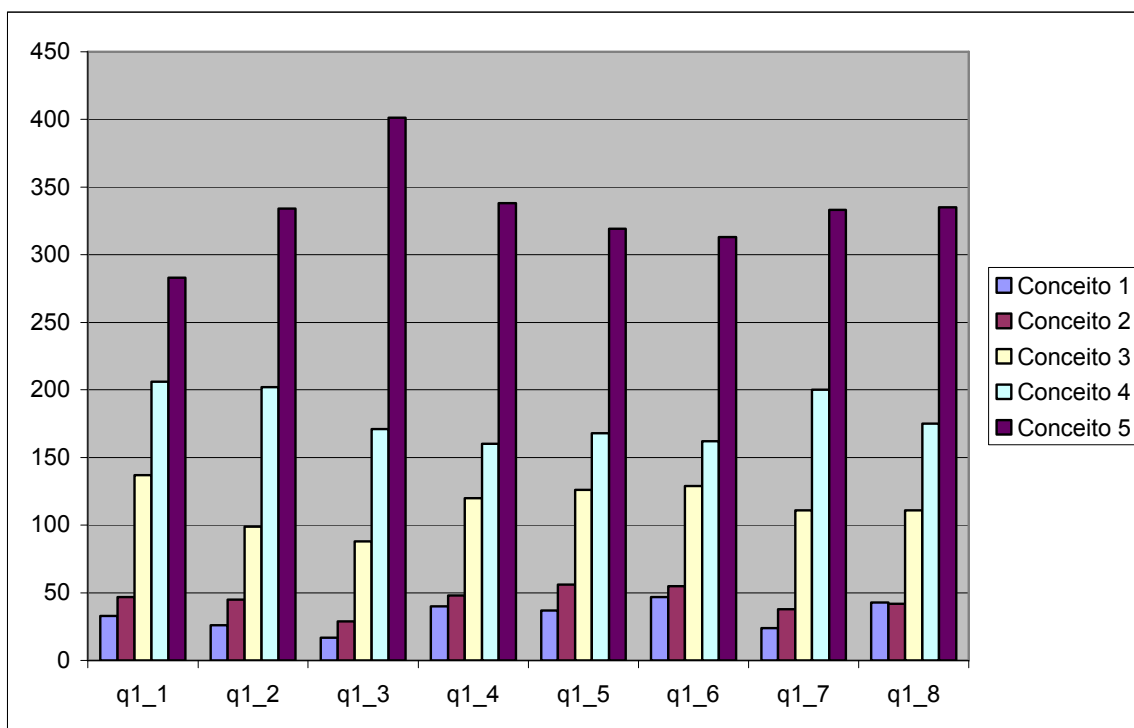
Q1 2 Carga horária da disciplina em relação à extensão do programa

- Q1 3 Compatibilidade do programa com os pré-requisitos para absorvê-lo
- Q1 4 Contribuição do curso para ampliação do seu conhecimento na área
- Q1 5 Lista de exercícios e/ou trabalhos (refletem de fato o conteúdo e nível da disciplina?)
- Q1 6 Material didático (livro texto lista de leitura notas de aula etc) suficiente e adequado as necessidades da disciplina?)
- Q1 7 Programa de disciplina apresentado
- Q1 8 Provas (refletem de fato o conteúdo e nível da disciplina?)

Nº de respostas em cada conceito - 1º Semestre de 2010



Nº de respostas em cada conceito - 2º Semestre de 2010



9. – Políticas de Atendimento aos Estudantes e Egressos

Ações Planejadas

Os debates na CPA revelaram repetidamente que um dos diferenciais mais importantes do Projeto Pedagógico da EBEF é a atenção especial aos alunos e seus responsáveis no que concerne as suas expectativas e frustrações com relação à sua experiência social e intelectual em um programa inovador em muitas dimensões. Nesse sentido, a EBEF sempre dedicou esforços para buscar uma aproximação amigável e produtiva entre alunos, professores e funcionários, com atenção especial na disponibilidade para atender as demandas dos alunos e responsáveis em nível pessoal e exclusivo.

Até o presente momento esse atendimento profissional especializado aos alunos foi realizado pelo Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino de Graduação, criado originalmente para atender às necessidades da EBEF em conjunto com a Escola de Ciências Sociais da FGV.. Atualmente a ampliação do atendimento do Núcleo aos alunos de graduação em Administração e Matemática faz parte dos planos da Mantenedora. No período vindouro a CPA deverá se preocupar com as estratégias necessárias para viabilizar a extensão da atuação do Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino de Graduação aos

outros programas atualmente em funcionamento na FGV sem prejuízo dos objetivos atualmente alcançados. I

Ações Realizadas

Em 2010, segundo indicações anteriores da CPA, o Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino de Graduação foi formalmente constituído com o engajamento de profissionais altamente treinados do campo da educação e pedagogia, tendo por objetivo assessorar as coordenações dos cursos, oferecendo suporte pedagógico às práticas escolares, atividades de estudo, acompanhamento e desenvolvimento dos alunos.

A CPA reconheceu que o Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino de Graduação realizou uma prática claramente estruturada de atendimento ao corpo discente da Escola. Pode ser constatado que as práticas e instrumentos de atendimento foram aprimorados de forma a estabelecer condições mais eficazes de interlocução e acompanhamento acadêmico.

Destaca-se o funcionamento e o constante aprimoramento da ação do Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino de Graduação. Foi consolidada a distinção entre o tratamento dos trâmites documentais, sob a responsabilidade da Secretaria de Registro Acadêmico e das questões concernentes ao acompanhamento didático-pedagógico. O Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino de Graduação - cujos cinco funcionários integrantes são todos qualificados com cursos de nível superior na área da Educação e cuja Coordenadora é pedagoga com grau de mestre e aperfeiçoamento em psicopedagogia - auxiliou na implantação de processos de acompanhamento constante da vida acadêmica dos discentes.

Os discentes são regularmente convidados a tomar parte em reuniões individualizadas nas quais são discutidas suas dificuldades, objetivando a melhoria de seus desempenhos acadêmicos. A Secretaria Acadêmica produz relatórios pormenorizados destas reuniões que são encaminhados ao Coordenador-geral da Escola para conhecimento e definição de possíveis medidas que possam ser adotadas para a melhoria das condições acadêmicas. A ação deste acompanhamento representou um espaço de atendimento pedagógico complementar que apresentou uma boa recepção por parte dos discentes.

Também mereceu destaque a interlocução com os discentes através da aplicação de questionários aos alunos, nos quais são mensurados indicadores acerca da avaliação dos conteúdos didáticos e da prática pedagógica. Os dados gerados a partir destas rodadas de pesquisa são sistematizados e divulgados por toda a comunidade acadêmica.

A CPA também reconheceu a atuação do Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino de Graduação durante o processo seletivo e de matrícula de novos alunos. O Núcleo recebe os candidatos, antes da abertura do processo de matrícula, para reuniões presenciais individualizadas quando são orientados sobre os elementos fundamentais do curso e das características particulares da

EBEF. A CPA avaliou ainda que através dessas atividades o Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino de Graduação mapeia o perfil dos ingressantes fornecendo informações importantes para a programação de conteúdos formativos e o controle de evasão.

10. – Sustentabilidade Financeira

Ações Planejadas

Através do exame dos documentos financeiros e orçamentários da Escola, a CPA procura regularmente informar-se sobre a previsibilidade da sustentabilidade financeira do curso de Ciências Econômicas, incluindo a estabilidade dos seus quadros de professores e funcionários, assim como da previsão de disponibilidade de recursos para investimentos, de acordo com o planejamento orçamentário da Mantenedora.

Ações Realizadas

A CPA foi informada de que todos os docentes (do quadro fixo e horistas), assim como todos os funcionários técnico-administrativos da EBEF são contratados através do regime da CLT, de que não há atrasos no pagamento dos funcionários e professores, de que os períodos de repouso semanal e de férias anuais são respeitados e que há recolhimento regular dos benefícios. Os funcionários e professores contam com plano de assistência médica (extensivo a familiares), auxílio transporte e auxílio creche (para aqueles que contam com filhos com idade inferior a sete anos completos).

Os funcionários e professores podem participar, por escolha voluntária, do plano de previdência privada disponibilizado pela Mantenedora (FGV-Previ). A sustentabilidade financeira da IES é inteiramente garantida pela sua Mantenedora, a Fundação Getulio Vargas, que aprova os planos de dotação financeira e de aplicação de investimentos formulados pela Escola. Estas previsões orçamentárias são formuladas no âmbito da IES, através de sua gerência administrativa, e aprovadas pelo Conselho de Coordenação e pelo Conselho Diretor da Mantenedora. A gerência administrativa executa os orçamentos aprovados. O exame das planilhas e da documentação pertinente permitiu a verificação de que os orçamentos propostos são aprovados integralmente, cabendo sua execução autônoma à IES. Por questões contábeis, em termos de registro, a IES não possui um orçamento em separado, executando aquilo que é aprovado e destinado no orçamento geral da Mantenedora sob as rubricas previstas. Os orçamentos executados permitem os investimentos em compras de equipamentos, de livros e financiam os programas de pesquisa e extensão.